



**MANZANO, JUAN FRANCISCO. A
AUTOBIOGRAFIA DO POETA-ESCRAVO.
ORGANIZAÇÃO, TRADUÇÃO E NOTAS DE
ALEX CASTRO. SÃO PAULO: HEDRA, 2015.
223p.**

Liliam Ramos da Silva¹

No ano de 2015 é lançada no Brasil a tradução de um dos testemunhos mais importantes relacionados à(s) história(s) da escravidão nas Américas: *Autobiografia*, de Juan Francisco Manzano, escrita por volta de 1835, publicada em Londres (traduzida ao inglês e patrocinada pelo abolicionista Richard Madden) em 1840 sob o título de *Life of the negro poet*, texto que retornaria a Cuba, em língua espanhola, somente no ano de 1937. A importância do texto se dá pela questão de que os testemunhos eram bastante raros à época da escravidão, em que o letramento de cativos não chegava a 1%, e por ser o único do gênero (que se tenha conhecimento) elaborado por um escravizado latino-americano. Segundo Alex Castro, escritor, tradutor e organizador do volume, ao contrário dos Estados Unidos, as Américas hispânica e portuguesa não cultivaram a tradição abolicionista de incentivo à escrita e publicação de relatos de pessoas recentemente saídas da escravidão cujo objetivo era sensibilizar a opinião pública chamando a atenção para a humanidade dos escravizados africanos. Portanto, a *Autobiografia*, além de ser um texto precursor do gênero *testimonio*, torna-se também um ícone dos relatos escravistas americanos.

O livro divide-se em três partes: na primeira, com prefácio de Ricardo Salles (professor de história contemporânea da UNIRIO, especialista em século XIX) e apresentação de Alex Castro, o leitor brasileiro entende o contexto da publicação do relato. Em 1835, os abolicionistas encomendam a escrita da *Autobiografia* após a leitura em voz alta do poema *Mis treinta años* (com tradução, no volume, de Pablo Zumarán), recitado de memória pelo próprio Manzano em um sarau literário coordenado por Domingo del Monte, responsável por organizar a coleta do valor de 850 pesos exigidos por sua dona para a compra de sua liberdade. De acordo com Castro, os participantes teriam se emocionado com as palavras do negro ainda cativo, incentivaram a escrita do relato de sua vida e decidiram realizar uma coleta para comprar sua liberdade. No entanto, Castro questiona o que se passava na cabeça de Manzano: o quanto era permitido falar? O quanto se deveria silenciar? E mais: o quanto aqueles homens brancos seriam capazes de aceitar? Note-se que, à época da escrita do manuscrito, Manzano ainda era uma propriedade da Marquesa de Prado Ameno, considerada por ele como uma “segunda mãe”, e seu filho, Nicolás, pertencia à sociedade literária

¹ Professora Doutora de Espanhol e suas respectivas literaturas do Instituto de Letras da UFRGS; liliamramos@gmail.com.

cubana que incentivava o relato do escravizado. Os objetivos dos antiescravistas do grupo eram que os escravizados relatassem os horrores da escravidão; não obstante, os vilões dessa repugnante história eram as pessoas do grupo e suas famílias proprietárias de escravizados e que dependiam da economia escravocrata. Por este motivo, antes da publicação final, o manuscrito passa por diversas revisões e reescrituras realizadas pelos membros do grupo, o que sugere alterações no texto original que, de certa forma, também fazem parte da construção do imaginário escravista da ilha. Para Castro, as correções no texto de Manzano são reproduções, no papel, da tirania senhorial que o escravizado sentia na pele: “É como se Manzano nunca tivesse parado de apanhar” (p.18).

A segunda parte da obra apresenta os dois trabalhos de adaptação da *Autobiografía* à língua portuguesa, realizados por Castro: uma tradução e uma transcrição. A tradução tem como objetivo alcançar estudantes do ensino médio e o público em geral na medida em que apresenta o texto quebrado em parágrafos, atualiza a pontuação e ortografia, simplifica as construções truncadas e substitui os vocábulos fora de uso. Embora não haja uma modernização do texto (pois o tradutor utiliza palavras e expressões de uso recorrente à época da escrita), a intenção é aproximar o texto ao leitor contemporâneo e, de certa forma, conseguir publicá-lo por uma grande editora para que tenha circulação nacional. Para tanto, a adaptação à norma culta da língua portuguesa tornou-se inevitável. Incrivelmente, chama a atenção a transcrição realizada por Castro. Com auxílio do músico e tradutor Pablo Zumarán, Castro cria a voz de um Manzano lusófono fictício, dando fidelidade à voz do escravizado, à sua sintaxe, à sua escolha de palavras, ao ritmo das frases e à peculiar pontuação, mantendo os desvios à norma culta em português na mesma proporção do espanhol escrito por ele em 1835. Vale lembrar que Castro buscou, como original, o texto mais autêntico que se conhece, o manuscrito que se encontra na Biblioteca Nacional José Martí, autógrafo, com a caligrafia de Manzano, que apresenta uma tentativa de utilização da norma culta, com ortografia e sintaxe idiossincráticas e pontuação inexistente. Verifica-se, portanto, o árduo trabalho de Alex Castro em recriar essa construção linguística para a língua portuguesa e também o quanto se sente mais à vontade nesta parte já que, para ele, corrigir os erros ortográficos, gramaticais e sintáticos significam “apagar sua trajetória, silenciar seu sofrimento e rasurar sua vida” (p.18).

Embora na apresentação afirme-se que Castro realizou dois trabalhos – de tradução e transcrição –, é possível considerar um terceiro trabalho que são as notas explicativas, encontradas na transcrição. Neste ponto, é necessário destacar a pesquisa minuciosa de Castro em suas 341 notas para explicar principalmente os silêncios de Manzano, gritantes em alguns momentos do relato. Castro explica: “Em se tratando de textos antigos, especialmente escritos por pessoas em posição subalterna, só o que temos são conjecturas. Com base nelas, fazemos o melhor trabalho possível” (p.25). Nesta parte, Castro se solta: questiona, induz, propõe, afirma, duvida. Por exemplo, há um episódio em que Manzano relata que as criadas da Marquesa del Prado Ameno ganhariam a liberdade como dote quando contraíssem núpcias e que seus filhos nasceriam livres. No entanto, sua mãe, María del Pilar, se casa, mas nunca recebe a liberdade. Nem o próprio Manzano nasce livre. Ele não questiona isso em seu relato, mas Castro sim: “O episódio é característico da prosa de Manzano: depois de tecer mil elogios à pretensa bondade de uma pessoa branca, ele sorrateiramente sugere que as coisas não eram bem assim” (p.147). Há vários momentos que Manzano comenta sobre as atrocidades realizadas pela Marquesa, mas sempre a redime afirmando que ele merecia o castigo: “Manzano sempre dá o benefício da dúvida à marquesa de Prado Ameno. Talvez por afeto, talvez por cálculo. Talvez por ela ainda estar viva enquanto escrevia, talvez por seu filho ser membro da sociedade literária que havia encomendado o texto” (p.167).

Castro afirma que a *Autobiografía* não é prosa espontânea já que houve reflexão, escolha de episódios e construção narrativa, pois continuamente Manzano menciona episódios que decide não contar: “[...] estive a pique de perder a vida em mãos do sitado Silbestre mas pasemos em silencio o resto d’ esta sena dolorosa pasado este tempo com otra multidão de soffrimentos semeliantes [...]” (p.107). Castro expõe em nota: “Em Manzano, todo clímax é seguido de um silêncio ainda mais estrondoso, um silêncio intencional que simultaneamente revela e ofusca” (p.162). Além dos silêncios, o organizador e tradutor do volume também analisa as rasuras do manuscrito: “No manuscrito, depois de ‘mas’, Manzano escreveu ‘a última’, rasurou e substituiu por ‘a vez p^a. mim mais memorável q^e. todas’. Quantas cenas terríveis de tortura e castigo Manzano não deveria estar equilibrando em sua memória para fazer esse tipo de autocorreção?” Também chama a atenção os interstícios temporais escolhidos por ele: “Desde meus doze anos dou hum salto até a de quatorze deixando em seu inter médio algumas passagens em q^e. se virifica como minha fortuna era instavel” (p.97).

Os “privilégios” de Manzano também são evidenciados. O escravizado relata que a sra. Dona Joaquina o tratava como “menino”: “[...] ella me vestia penteava e cuidava qe. eu não me rosace com os otros negrinhos da mesma meza tal como no tempo da senhora Marqueza Justis me davaõ meu prato q^e. comia ao pé de minha sinhá a Marqueza de P^r. A.” Este trecho mostra a contradição da vida que vivia Manzano: se, por um lado, afirma que teve criação de menino branco e evitava se relacionar com outras pessoas negras, na mesma frase expõe a situação humilhante de comer ao pé da mesa de sua senhora. Outro privilégio destacado por Castro é a oportunidade de o escravizado ter conhecido sua família e ter convivido com ela: “Manzano, mais uma vez, demonstra ser uma pessoa escravizada privilegiadíssima. O que, naturalmente, só aumenta o *nosso* próprio terror ao ler seu relato: se a vida das pessoas escravizadas privilegiadas era *assim*, como seria a vida das outras cuja voz nunca chegou até nossos ouvidos?” (p.182)

A construção de um Manzano poeta é destacada por Castro. Ao comentar sobre o receio do escravizado de recitar seus versos – “[...] pois ninguem sabia explicar o genero dos meus versos nem eu nunca me atrevi a resitar hum embora duas vezes me custou huma boa surra [...]” (p.101) – Castro afirma que um dos motivos para seus castigos físicos era justamente a subversão de suas décimas: seu tom inovador, sua capacidade de dar prazer às pessoas da casa (inclusive às escravizadas) e seu talento, borbullhante e incontrolável, inaceitável para um moleque na sua condição de escravizado. Manzano, por sua vez, sabia dos riscos que corria ao declamar suas poesias para os senhores da casa grande, mesmo quando solicitado por eles. Castro observa que Manzano percebe a poesia como se fosse uma doença manifestando-se em seu corpo e, ao enfatizar na *Autobiografía* os momentos em que é reconhecido como poeta e artista, acaba por subverter as expectativas do grupo literário de del Monte, que estimulava o relato do escravizado com foco nas atrocidades da sociedade escravocrata, especialmente nos castigos físicos. Por este motivo, na tradução em língua inglesa realizada por Madden, tais trechos foram suprimidos ou significativamente diminuídos, pois, na visão dos abolicionistas, não serviam a seus fins ideológicos.

Castro informa ao leitor brasileiro que Manzano publicou, ao longo de sua vida, diversas coleções de poesia, bem como textos avulsos em jornais e revistas literárias da época, que chamam a atenção pela imitação do estilo neoclássico desenvolvido pelos literatos: para Castro, ele consegue dominar tão bem o estilo que suas poesias são praticamente paródias daquelas escritas por pessoas brancas, graças a seu gênio para a imitação e seu talento transgressor mimético. No entanto, se na poesia Manzano se apropria dos códigos dos poetas reconhecidos com sucesso, a genialidade do escravizado está na escritura da *Autobiografía*, gênero sem modelos, sem pessoas autobiográficas para imitar, sem personagens para se inspirar. Em se tratando do gênero teste-



munho, curiosamente, um dos livros cubanos mais traduzidos é *Memórias de um cimarrón*, relato de Esteban Montejo, escravizado que foge do cativeiro e vive escondido nas matas até a abolição da escravidão em Cuba. Publicado por Miguel Barnet em 1963, a história de Montejo correu o mundo e acabou sendo referência ao se falar sobre a escravidão na ilha, visto que os revolucionários de 1959 o “escolhem” por seu espírito inquieto e insatisfeito com a situação, ao contrário de Manzano, demasiado manso e conservador. Segundo Castro, a *Autobiografía* é muito mais lida e discutida fora da ilha e, nas livrarias cubanas, encontram-se vários exemplares de *Memórias* e nenhum da *Autobiografía*, esta com última edição publicada em 1972. Em fevereiro de 2016, Castro lançará uma edição comentada da *Autobiografía* em Cuba pela Ediciones Matanzas com posfácio do historiador Urbano Martínez Carmenata, o que comprova que foi necessário um escritor de fora da ilha para reativar a impressionante história de Juan Francisco Manzano.

Para o público brasileiro, a pesquisa sobre a história de Manzano apresentada na tradução de sua autobiografia torna-se imprescindível em tempos de estudos de cultura afro-brasileira estimulada na Educação Básica conforme a Lei nº10.639/03. Constantemente, nas notas explicativas, Castro relaciona o texto à escravidão no Brasil, cuja proximidade com Cuba – monocultura do açúcar e/ou café, leis de fundo católico, elite conservadora e cautelosa, além de terem sido os dois últimos países a abolirem a escravidão nas Américas – nos faz compreender melhor a instituição escravocrata vigente no país até o final do século XIX. Na terceira parte da obra, Castro nos brinda com iconografias, sugestões de leitura para os brasileiros que se interessam pelo tema, bibliografia extensa de pesquisa, além de texto do citado historiador *matancero* Martínez Carmenata. Castro propõe, inclusive, uma crítica ao momento atual brasileiro: “Ao ler a autobiografia e visualizar as suas piores cenas, às vezes é fácil perder de vista que a pessoa sofrendo tantos castigos é um franzino pré-adolescente. Uma criança. Dessas que hoje as ditas ‘pessoas de bem’ chamam de pivete, cruzam a rua para evitar e até amarram em postes” (p.165). A *Autobiografía*, embora escrita por um escravizado cubano que relata suas vivências em La Habana e em Matanzas, representa a vida do escravizado enquanto cativo na América colonial, sendo, portanto, obra-base para que o leitor brasileiro do século XXI possa aprender sobre este momento histórico atroz que macula a história do continente e, além disso, reconhecer atitudes racistas que, infelizmente, persistem até os dias de hoje.

Texto recebido em 29 de junho de 2016 e aprovado em 10 de julho de 2016.